

# Centrão mostra hoje força da maioria

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Mesa da Constituinte decidiu acolher 11 das 45 emendas apresentadas à sua proposta de alteração regimental, mas não conseguiu contar o Centrão, que hoje tentará fazer valer no plenário a sua força majoritária.

O ponto básico do impasse está no quórum de 280 votos que o Centrão exige para se aprovar ou rejeitar qualquer matéria, inclusive pontos que venham a ser destacados do próprio substitutivo. Os 280 votos representam metade mais um do total de constituintes.

O projeto apresentado pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e subscrito por mais 318 integrantes do Centrão é simples: permite que a maioria absoluta da Constituinte apresente substitutivos, emendas substitutivas, aditivas e supressivas de títulos, capítulos, seções, artigos, parágrafos e incisos do trabalho da Comissão de Sistematização e estabeleça rito sumário para sua tramitação, com apresentação

de parecer oral, pelo relator, em plenário. E, outro ponto muito importante, determina que qualquer parte destacada do substitutivo só possa ser mantida se obtiver 280 votos favoráveis. Normalmente, para serem retiradas do substitutivo é que seriam necessários os 280 votos.

## PROPOSTA AMPLA

Em nome da Mesa da Constituinte, o 1º vice-presidente, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), apresentou uma proposta mais completa para substituir a do Centrão. Por essa proposta, publicado o texto do substitutivo da Comissão de Sistematização no Diário da Assembleia Nacional Constituinte, o que só ocorrerá depois de votada a alteração no regimento, abre-se prazo de 72 horas para apresentação de emendas. A todos os constituintes (e não a blocos de 280). Cada um pode oferecer três emendas e pedir seis destaques de votação. Mas para se substituir integralmente qualquer capítulo ou subseção do substitutivo a emenda tem de ser subscrita por, no mínimo, 187 constituintes. Não se permite a apresentação de substitutivo integral nem

mesmo para qualquer dos nove títulos em que se divide o texto da Constituição. E mantém a mecânica tradicional de votação: vota-se primeiro cada título, seguido do grupo de emendas com parecer contrário ou favorável, ressalvados os destaques. Depois é que são votados os destaques. Não existe a hipótese de uma parte destacada do substitutivo precisar de 280 votos favoráveis para a ele retornar. E todas as milhares de emendas anteriores são declaradas prejudicadas.

As 11 emendas aceitas pela Mesa introduzem maior alteração na proposta anterior de Mauro Benevides. Cinco delas se referem a um só ponto: ou suprimem o dispositivo que permite a apresentação de substitutivo integral para o título das "disposições transitórias" ou simplesmente proíbem, nessa parte, substitutivo integral, por tratar ela de matérias muito diversas e ter de estar em consonância com a parte permanente. Outras emendas ampliam de alguns minutos o tempo destinado aos oradores ou se destinam a aperfeiçoar alguns artigos.



Depois de analisar com o Centrão mudanças no regimento, Ulysses exhibe projeto de Constituição

## “Estão invertendo a História”

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

“Estão invertendo a história: somos maioria e não golpistas. Erramos quando aceitamos o regimento atual, mas agora, se as esquerdas quiserem, que reúnam 280 votos para evitar as modificações que defendemos”, afirmou o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) em reunião do Centrão na tarde de ontem, quando pediu a todos empenho e participação em todas as votações do plenário, mantendo-se permanentemente em Brasília.

“Vamos mostrar que os democratas, que não são da esquerda, são mais capazes do que aqueles pretensos democratas da esquerda”, acrescentou o parlamentar paulista, fazendo em seu rápido discurso várias comparações com aquele grupo político. “Precisamos agir como a esquerda su semelhante, acrescentou, e se fomos tratados com carinho, os trataremos com carinho redobrado, mas se quiserem briga, também terão briga em dobro.” Cardoso Alves sugeriu, entretanto, que seja reduzido ao mínimo o conflito ideológico, porque nas disputas em plenário nem sempre todo o grupo do Centrão poderá se reunir para chegar a uma posição de consenso.

Como não foi possível o acordo com o presidente Ulysses Guimarães, o Centrão terá de conseguir, na sessão de hoje, 280 votos para impor a alteração do regimento interno, e Cardoso Alves assegura que haverá “no mínimo 300 presentes”. Os depu-

tados Cardoso Alves, Amaral Neto e Expedito Machado reuniram-se com quase todo o grupo para discutir a estratégia de atuação no plenário da Constituinte. “O José Genoíno”, disse Amaral referindo-se ao deputado do PT paulista, “afirmou que nós temos maioria mas não temos voto porque nos ausentamos do Congresso. Vamos provar que isso não é verdade. Apelo para que não saiam de Brasília ou irá tudo por água abaixo. Se não estivermos unidos poderemos ser derrotados e cairemos no ridículo”.

## MESMA TÁTICA

Roberto Cardoso Alves observou que o Centrão não tem lideranças e todos atuam de acordo com suas responsabilidades. “Vamos fazer uma Constituinte para o Brasil, e não para as esquerdas”, acrescentou, lembrando a necessidade de ter uma tropa de choque do grupo para evitar, inclusive, que os parlamentares esquerdistas se apossem do microfone de apertado, impedindo que eles possam falar. “Podemos ter errado quando aceitamos o regimento atual, que permitiu a uma minoria impor suas teses e decidir pelo conjunto, mas agora haverá a reversão através do voto”, disse. Ele ressaltou que “em algumas táticas, vamos seguir o exemplo das esquerdas, atuando de forma organizada e consciente”.

Tanto Cardoso Alves como Amaral Neto fizeram aos mais de 200 constituintes presentes um relato sobre o encontro mantido de manhã com o presidente Ulysses Guima-

rães, afirmando que ele foi “extremamente imparcial, mas o Centrão não cedeu na exigência dos 280 votos para aprovação de emendas ao anteprojeto constitucional”.

## IMPASSE

O Centrão deve reunir hoje, em plenário, os 280 votos para alterar o regimento interno da Constituinte, mas não conseguirá fazer o mesmo para aprovar as emendas ao anteprojeto elaborado pela Comissão de Sistematização. A previsão foi feita pelo deputado Expedito Machado, do PMDB do Ceará, e um dos coordenadores do Centrão.

Depois da reunião do grupo, o deputado cearense, devido à falta de entendimento entre os integrantes do Centrão com relação ao conteúdo das emendas, mostrou-se desanimado com a possibilidade de alteração do anteprojeto da Sistematização, prevendo, por causa disso, que não haverá número para aprová-la.

Expedito Machado também observou que, embora seu grupo não seja coeso diante do teor das emendas ao anteprojeto, os demais constituintes, que querem aprovar seu texto, também não reúnem 280 votos para manter sua íntegra. Por isso, ele prevê que vai haver um impasse se não for firmado nenhum entendimento referente à matéria. Caso isto aconteça, Expedito Machado acredita que o anteprojeto será encaminhado ao plenário da Constituinte, mas ficará na ordem do dia por tempo indeterminado, já que não haverá número para aprovar ou rejeitar nada.

## Emendas aos artigos mais polêmicos

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O Centrão apresentará cerca de 15 emendas aos capítulos do projeto constitucional e mais de dez sobre os artigos mais polêmicos, resumos de mais de 300 propostas elaboradas por seus integrantes e centralizadas pelo deputado José Lins (PFL-CE). As propostas de emendas versarão principalmente sobre os títulos II e III, que tratam os direitos individuais e coletivos e da organização política e administrativa do Estado, ordem política e social. Um dos pontos de maior consenso no Centrão, sobre o qual José Lins acha que haverá acordo, é para a derrubada do monopólio das empresas nacionais na comercialização dos derivados de petróleo.

De acordo com Lins, a garantia contra a demissão imotivada será mantida mas os casos de indenização regulados por legislação ordinária, como previsto no primeiro substitutivo do relator Bernardo Cabral. Haverá proposta de manutenção das 44 horas de trabalhos semanais, mas observando a média anual, o que terá poucas modificações, já que em alguns casos os operários trabalham 48 numa semana e 40 em outra. Outra alteração a ser proposta será a retirada de subsolo como propriedade da União.

## Ulysses manda votar logo a Constituição

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

“Vamos votar logo esse documento, vamos elaborar logo a futura Constituição do País.” A palavra de ordem foi dada ontem pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, na solenidade de entrega oficial do substitutivo aprovado na Comissão de Sistematização, que será agora votado no plenário da Assembleia.

Ele ressaltou que o País precisa desse documento para “garantir o seu desenvolvimento e a sua tranquilidade”. O projeto de Constituição, segundo Ulysses Guimarães, já foi suficientemente debatido e deve receber a aprovação dos 559 constituintes que compõem a Assembleia. “Eu mesmo assinaria, se isso fizesse alguma diferença, 80% do texto da Sistematização.” Os 20% restantes,

conforme salientou, ficam para as emendas, para as novas idéias que tenham como objetivo conseguir a melhor solução para as questões de interesse nacional.

Do relator Bernardo Cabral, Ulysses ouviu apelo para que não de importância ao “canto das serenas” que andam por aí tentando desmoralizar o nosso trabalho”. O relator afirmou que os pecados porventura existentes no texto da Sistematização “e se eles existem” — poderão ser absolvidos no plenário.

Bernardo Cabral transformou a solenidade numa homenagem a Ulysses, dizendo que ele voltou “purificado” da operação que desobstruiu suas coronárias e em condições de conduzir da melhor forma possível a última e decisiva fase dos trabalhos constituintes. “Que Deus nos ilumine”, concluiu.

A íntegra do projeto de Constituição está em caderno especial nesta edição

## É o fim do nepotismo

ALUIÍSIO DE TOLEDO CÉSAR

O projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização incluiu uma cláusula que proíbe ao ocupante de cargo público, eletivo ou não, nomear parentes consanguíneos ou afins até segundo grau. A proibição se estende às administrações direta e indireta, ou seja, alcança também as estatais, nas quais o apadrinhamento tornou-se uma verdadeira instituição nacional, mas se restringe a cargos em comissão.

Mesmo antes de sua aplicabilidade, que somente ocorrerá no momento em que for publicada a nova Carta Magna, a norma referida vem causando aflições em certos ambientes. Afinal, poderão ser atingidos o próprio presidente da República, governadores, secretários de Estado, milhares de prefeitos, parlamentares e elementos do Judiciário.

No caso de São Paulo, onde o festival de nomeação de parentes mostrou como são prolíficas as famílias de determinados políticos, prevê-se uma agitação maior. Uma curiosidade: a emenda que introduziu a proibição é de autoria do ex-governador Paulo Maluf.

Meses atrás, estando em seu escritório a comentar com amigos as notícias de nomeações de parentes do governador para cargos públicos, redigiu de próprio punho o texto da emenda, a qual, posteriormente aperfeiçoada por advogados, foi apresentada perante a Constituinte pelo deputado federal e candidato a prefeito Antônio Salim Curtati.

Ainda que houvesse modificações no texto, que acabou saindo mais enxuto, a Comissão de Sistematização acolheu integralmente a proposta, aprovada sem alarido. Não houve objeção política alguma, significando que somente não será mantida pelo plenário no caso de as regras regimentais, no momento em discussão, resultarem na apresentação de novo substitutivo.

O texto aprovado diz o seguinte: “Salvo em virtude de concurso público, o cônjuge e o parente até segundo grau, em linha direta ou colateral, consanguíneo ou afim, de qualquer autoridade, não pode ocupar cargo ou função de confiança, inclusive sob contrato, em organismos a ela subordinados, na administração pública”.

Parentesco em linha direta é aquele em que as pessoas estão umas para as outras na relação de ascendentes ou descendentes, como pais, filho e avós. Colaterais são as que derivam da descendência de um só tronco, sem que as pessoas descendam uma das outras, como primos, sobrinhos etc. E afins são os que resultam do casamento, como cunhados, sogros, genros etc.

Como a norma fala em parentesco até segundo grau, a contagem deve ser feita pelo número de gerações. Confirmada a ligação entre a autoridade e o nomeado, serão tornadas ilegais as nomeações que envolveram o preenchimento de cargos de confiança.

A julgar pelo que está explícito na norma aprovada pela Comissão de Sistematização, até mesmo o cargo de secretário particular não poderá mais ser ocupado por filhos, genros, noras e outros parentes até segundo grau. No caso do presidente José Sarney — a filha Roseana temporariamente está afastada —, porém foi anunciado, na semana passada, que seu filho Fernando Sarney deixaria a presidência de uma estatal, que exerce no Maranhão, para ocupar cargo de assessoria junto ao pai.

De acordo com o jurista José Afonso da Silva, desde que a proibição seja acolhida pela Carta Magna, e

esta publicada, os pagamentos eventualmente feitos em desacordo com a norma serão ilegais e tornarão o autor vulnerável. Quem receber salários nessas circunstâncias, por sua vez, terá que devolvê-los ao erário.

## Velho hábito

Em praticamente todos os Estados brasileiros é comum a nomeação de parentes para cargos públicos de confiança. Anos atrás, virou notícia o fato de o governador Franco Montoro, imediatamente após assumir, nomear os filhos Eugênio, André e Ricardo, respectivamente para a Chefia da Casa Civil, Conselho do Banespa e secretário particular.

No presente, ganham destaque os governadores do Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba e São Paulo, que incluíram em cargos de confiança filhos, irmãos, primos, cunhados, concunhados, além de parentes de segundo e terceiro graus. O governador da Paraíba, Tarcísio Burty, nomeou três cunhados para sua equipe, além do irmão, Luiz Gonzaga de Miranda Burty, presidente da Companhia Estadual de Águas.

Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte, incluiu dois irmãos no primeiro escalão: o médico Pedro Melo, secretário da Saúde, e o geólogo Assis Melo, responsável pela política de irrigação. Nomeou também vários outros parentes. Já Alberto Silva, do Piauí, colocou em cargos de confiança a filha Susana e o genro Marcos Parente, além de um sobrinho, José de Anchieta Moraes e Silva e sua prima Eleonora. Um primo da primeira dama piaulense, Israel Moraes Correia, foi nomeado secretário da Cultura, Esportes e Turismo.

O governador Orestes Quércia não ficou atrás nessa queda pelo nepotismo: desde a sua posse, os jornais foram pródigos em notícias dando conta da nomeação de parentes colaterais e afins para cargos públicos. Entre eles, estão: Alfredo Almeida Júnior, presidente da Companhia Paulista de Força e Luz, primo; Antônio Carlos Rios Corral, presidente da Fepasa, primo; Francisco Rodolfo de Almeida, diretor administrativo da Companhia Energética de São Paulo, primo; Francisco Rios Corral, assessor da diretoria da Telesp, primo; Augusto César Araújo Santos, presidente da Terrafoto, cunhado; Adaisio Girton, diretor do Banespa, cuja mãe é irmã da madrastra do governador; e Salim Feres Sobrinho, também no Banespa, casado com a sobrinha da madrastra de Quércia.

Além do governador, o vice-governador Almino Afonso nomeou o irmão Raimundo Afonso para uma diretoria do Banespa, enquanto o secretário Alberto Goldman nomeou o irmão Arnaldo Jacó Goldman para a diretoria de operações da Sabesp. Outras nomeações do governo Quércia: Marcos Mendes, assessor de gabinete de sua irmã, secretária da Cultura, Bete Mendes; Mariela Leiva, assessora do Fundo Estadual de Solidariedade, mulher do Secretário João Osvaldo Leiva; Razi Rezek, assessor de gabinete do secretário Uebe Rezek; José Machado de Campos, membro do Conselho de Administração das Companhias Energéticas, pai do secretário José Machado Campos Filho; Marco Antônio de Biasi, diretor de Construções da Cesp, irmão do secretário Ralph de Biasi.

Além dessas nomeações registradas no Executivo, há muitas outras no Legislativo, onde os parlamentares nomearam parentes próximos para cargos de confiança. Há também nomeações de parentes no Judiciário, onde, aliás, essa prática é antiga para o preenchimento de cargos.